PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS DO EXERCICIO DO ANO DE 2017

De harmonia com as disposições legais, e no exercício das competências que lhe são conferidas, vem o Conselho Fiscal da Casa do Povo de Resende pronunciar-se sobre a apreciação que fez às contas do exercício de 2017.

Ao longo do referido ano, o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da Instituição, tendo procedido à verificação dos registos contabilísticos e demais documentação, tendo constatado total observância da Lei e dos Estatutos.

Verificou, pois, o Conselho Fiscal que os membros que compõem a Direcção sempre puseram o maior empenho na condução desta Instituição.

Os critérios seguidos merecem a sua concordância. Deste modo, o Conselho Fiscal é do seguinte parecer:

- Aprovação das contas relativas ao exercício do ano de 2017, que, conforme documentação em anexo, apresentam os seguintes valores:
 - Total de Custos......819.285,14 €
 - Total de Proveitos......785.594,15 €

Resultado do Exercício de 2017 - 33.690,99 €

Resende, 21 de Março de 2018

O PRESIDENTE,

OS VOGAIS:

Intonio Porto Bourelino

John Spins



CASA DO POVO DE RESENDE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017



Entidade: CASA DO POVO DE RESENDE BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

EURO

DUDDICAC	NOTAC	DAT	ΓAS
RUBRICAS	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	79.421,89	87.217,87
Investimentos financeiros	15	2.598,18	1.694,66
		82.020,07	88.912,53
Ativo Corrente			
Créditos a receber	7	142.695,43	50.309,79
Estado e outros entes públicos	5	50,00	
Diferimentos		2.751,07	1.338,25
Caixa e depósitos bancários		10.036,78	25.591,03
7		155.533,28	77.239,07
Total do ativo		237.553,35	166.151,60
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		174.572,78	174.572,78
Resultados transitados		-94.731,91	-83.362,58
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	8	9.917,51	15.397,80
*		89.758,38	106.608,00
Resultado líquido do período		-33.690,99	-11.369,33
Total dos fundos patrimoniais		56.067,39	95.238,67
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		54.627,70	16.331,02
Estado e outros entes públicos	5	5.351,14	9.814,56
Diferimentos	11,15	68.768,06	
Outros passivos correntes	6	52.739,06	44.767,35
		181.485,96	70.912,93
Total do passivo		181.485,96	70.912,93
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		237.553,35	166.151,60
		İ	



Entidade: CASA DO POVO DE RESENDE DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

EURO

	-	10 march 200 Att
NOTAS		MINES - 12.11
NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
13	291.918,33	238.602,43
11	485.489,72	352.379,15
i 9	-102.416,72	-83.106,41
12	-133.962,76	-82.397,00
10	-571.428,35	-431.901,70
13	8.186,10	5.876,37
14	-442,24	-1.005,93
1	-22.655,92	-1.553,09
4	-9.907,01	-8.714,44
e	-32.562,93	-10.267,53
		8,91
	-1.128,06	-1.110,71
s	-33.690,99	-11.369,33
o	-33.690,99	-11.369,33
	11 9 12 10 13 14	31-12-2017 13 291.918,33 11 485.489,72 -102.416,72 12 -133.962,76 10 -571.428,35 13 8.186,10 14 -442,24 14 -22.655,92 4 -9.907,01 15 -32.562,93 16 -33.690,99



the his

Entidade: CASA DO POVO DE RESENDE DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

EURO

		PERÍC	DDOS
RUBRICAS	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		297.517,54	231.514,81
Pagamentos a fornecedores		-165.992,06	-162.496,68
Pagamentos ao pessoal		-567.443,31	-432.445,69
Caixa gerada pelas operações		-435.917,83	-363.427,56
Outros recebimentos/pagamentos		425.358,03	337.899,95
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-10.559,80	-25.527,61
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-2.962,87	-763,43
Investimentos financeiros		-1.607,89	-1.682,61
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		704,37	939,93
Juros e rendimentos similares			8,91
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-3.866,39	-1.497,20
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		10.000,00	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-10.000,00	
Juros e gastos similares		-1.128,06	-1.110,71
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-1.128,06	-1.110,71
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-15.554,25	-28.135,52
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		25.591,03	53.726,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10.036,78	25.591,03



-33.690,99 -33.690,99

	os de Custo
	de 2017 - por Centr
ae Kesende	exercício de 2017
dsa do Povo	Líquidos do
ر	dos Resultados
	Demonstração

61 Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas 62 Fornecimentos e serviços externos 63 Gastos com o pessoal 64 Gastos de depreciação e amortização 68 Outros gastos e perdas 69 Gastos e perdas de financiamento 70TAL DE GASTOS		Atividades	Sede /	Creche	C.C. S. Romão	C.C. Felgueiras	TOTAL
			Administração				
	S(
	das mat. consumidas	2.827,84	2.445,85	7.433,00	45.256,14	44.453,89	102.416,72
	xternos	295,93	31.743,47	20.468,21	41.492,81	39.962,34	133.962,76
			49.226,19	125.560,63	246.807,98	149.833,55	571.428,35
	ortização		7.774,84	179,99	683,84	1.268,34	9.907,01
			441,24	05'0		05'0	442,24
TOTAL DE GASTOS	mento		1.128,06				1.128,06
		3.123,77	92.759,65	153.642,33	334.240,77	235.518,62	819.285,14
RENDIMENTOS	NTOS		ï				
72 Prestações de serviços		6.125,83		30.987,71	128.284,74	126.520,05	291.918,33
75 Subsídios, doações e legados à exploração	os à exploração		2.423,56	167.132,73	163.946,77	151.986,66	485.489,72
78 Outros rendimentos e ganhos	sol		8.186,10				8.186,10
79 Juros, dividendos e outros rendimentos si	rendimentos similares						
TOTAL DE RENDIMENTOS		6.125,83	10.609,66	198.120,44	292.231,51	278.506,71	785.594,15
Resultado líquido do exercício:	0;	3.002,06	-82.149,99	44.478,11	-42.009,26	42.988,09	-33.690,99



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(valores expressos em euros)

31 de Dezembro de 2017



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Casa do Povo de Resende tem a sua sede na Av. Afonso Henriques, n.º 180, freguesia e concelho de Resende, com o número de identificação de pessoa coletiva 500 934 290.

A entidade é reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social. Encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10.º do CIRC.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na Norma Contabilística de Relato Financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os registos contabilísticos da Associação e os critérios e pressupostos contemplados nas normas contabilísticas e de relato financeiro, usando o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente ao longo do período económico.

3.2 - Outras políticas Contabilísticas:

- a) Ativos fixos tangíveis: os ativos fixos tangíveis da Associação encontram-se registados ao custo de aquisição deduzidos das respetivas depreciações acumuladas.
- b) Créditos a Receber: as contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.
- c) Réditos e gastos: os rendimentos associados com a Prestação de Serviços são reconhecidos na Demonstração dos Resultados em função do grau de execução do serviço. A associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o pressuposto do regime do acréscimo pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente



recepidos e

do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "outras contas a receber e a pagar" e "diferimentos".

- d) Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa, englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem as disponibilidades em instituições de crédito nessas condições.
- e) Imparidade de ativos: os ativos da associação são analisados à data de cada balanço, de forma a avaliar indicações de eventuais perdas de imparidade.
- f) Dívidas a pagar: os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal.
- g) Eventos subsequentes: os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de exercício, são refletidos nas demonstrações financeiras, enquanto, os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

3.3.1 - Gestão de risco financeiro

Risco de Liquidez: A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a Associação mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento, e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus objetivos e estratégia.

3.3.2 - As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Associação.

3.4 - Alterações nas políticas contabilísticas, estimativas e erros de períodos anteriores

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, estimativas contabilísticas ou correção de erros de períodos anteriores.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. Os ativos fixos tangíveis encontram-se depreciados, de acordo com o método da linha reta, às taxas previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14/09.



Durante o exercício de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	Saldo em 01/01/2017	Aumentos	Abates / Alienações	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	153.279,84				153.279,84
Equipamento básico	15.683,01	1.389,05			17.072,06
Equipamento de transporte	18.073,98				18.073,98
Equipamento administrativo	34.430,71	199,99			34.630,70
Outros	10.771,84	521,99			11.293,83
	232.239,38	2.111,03	0,00	0,00	234.350,41
Depreciações	145.021,51	9.907,01			154.928,52
Valor líquido	87.217,87				79.421,89

5. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017, os valores ativos e passivos referentes ao Estado e outros entes públicos eram os seguintes:

	Saldo Devedor	Saldo Credor	Valores em mora
Retenções na fonte IRS	50,00	831,00	0,00
Contribuições para Segurança Social	0,00	4.520,14	0,00
	50,00	5.351,14	0,00

6. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Para além das dívidas a fornecedores, a Associação tem outros passivos correntes, ilustrados no quadro seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016
Pessoal	5.377,97	166,08
Fornecedores de Investimentos		851,84
Credores por acréscimos de gastos		
Estimativa férias/sub.férias	43.183,70	41.600,11
Outros credores	4.177,39	2.149,32
	52.739,06	44.767,35

A rubrica de Credores por acréscimos de gastos apresenta a estimativa dos gastos com férias e subsídio de férias do pessoal, que serão pagos em 2018, e se reportam ao ano de 2017.



7. CRÉDITOS A RECEBER

Os créditos a receber em 31 de dezembro de 2017 ascendiam ao valor de € 142.695 e tinham a seguinte origem:

	31-12-2017	31-12-2016
Clientes e utentes	11.747,30	17.346,51
IEFP	130.704,81	15.589,22
Outros	243,32	17.374,06
	142.695,43	50.309,79

8. AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS — SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, devem ser imputados à medida que o ativo vai sendo depreciado.

Equipamentos	Entidade	Apoio contratualizado	Valor reconhecido em anos anteriores	Valor reconhecido em 2016	Valor a reconhecer em exercícios futuros
Apoio investimento CLDS	I.S.Social, I.P.	74.565,33	59.167,53	5.480,29	9.917,51
		74.565,33	59.167,53	5.480,29	9.917,51

9. INVENTÁRIOS

Os movimentos relativos a compras e consumos de matérias (géneros alimentícios e outros materiais), medicamentos e artigos de saúde, material pedagógico e outros materiais estão descritos no quadro seguinte:

	Inventário em 01/01/2017	Compras	Regularizações/ quebras	Custo Matérias consumidas	Inventário em 31/12/2017
Géneros alimentares		85.547,48		85.547,48	0,00
Medicamentos/artigos de saúde		11.348,79		11.348,79	0,00
Material pedagógico		688,27		688,27	0,00
Outros		5.072,48		5.072,48	0,00
	0,00	102.657,02	0,00	102.657,02	0,00



10. GASTOS COM O PESSOAL

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de 66:

	2017	2016
Serviços administrativos / apoio	3	3
Empresa de inserção		9
Creche	13	7
C.C. São Romão	29	13
C.C. Felgueiras	21	13
	66	45

Os gastos com pessoal estão discriminados no quadro seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações	348.078,70	335.650,05
Indemnizações	4.800,65	7.319,83
Encargos sobre remunerações	81.967,65	68.802,37
Seguros de acidentes no trabalho	6.276,70	4.548,73
Bolsas e encargos com Estágios / CEI / CEI+	129.590,62	15.443,96
Outros gastos com o pessoal (FGCT,)	714,03	136,76
	571.428,35	431.901,70

11. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração destinam-se a compensar gastos incorridos na exploração. De acordo com a NCRF 22 e com o regime do acréscimo, os subsídios à exploração devem ser imputados na sua totalidade a rendimentos quando os gastos já tenham sido incorridos, caso os gastos não estejam incorridos na sua totalidade a parte correspondente aos gastos incorridos deverá ser levado a rendimentos e o remanescente a rendimentos diferidos. Consequentemente, dos subsídios à exploração concedidos à entidade, nomedamente no que diz respeito aos apoios no âmbito de programas do IEFP (estágios, contratos empregoinserção), em 31 de Dezembro estavam em curso processos que significam um total de apoios de € 181.769, dos quais € 68.768 apenas serão reconhecidos em 2018 (rendimentos diferidos).

M



	31-12-2017	31-12-2016
Instituto da Segurança Social, I.P.		
Creche	68.352,24	66.010,63
C.C. São Romão	112.077,47	110.822,90
C.C. Felgueiras	110.237,32	109.159,29
CLDS+		
	290.667,03	285.992,82
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP		
Estágios Profissionais	55.748,34	
Contratos Emprego-Inserção	57.253,46	13.080,71
Empresa de Inserção	1.820,89	49.532,64
Protocolo - Atendimento de desempregados		3.772,98
	114.822,69	66.386,33
Município de Resende		
Fundo de gestão - Creche	80.000,00	
	80.000,00	0,00
TOTAL DE SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	485.489,72	352.379,15



12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos com fornecimentos e serviços externos dizem respeito às seguintes rubricas:



	31-12-2017	31-12-2016
Trabalhos especializados	5.621,10	4.825,60
Publicidade e propaganda	531,36	376,38
Vigilância e segurança	1.410,95	984,00
Honorários	63.921,88	20.922,96
Conservação e reparação	10.143,55	9.399,87
Ferramentas e utensílios	835,79	1.036,29
Material de escritório	1.720,56	2.148,26
Outros materiais	506,68	26,46
Eletricidade	1.990,17	1.728,13
Combustíveis	14.192,65	10.059,05
Água	100,19	99,08
Gás / gasóleo de aquecimento	11.438,67	7.757,74
Deslocações e estadas	412,58	217,78
Comunicação	3.930,22	2.622,20
Seguros	2.051,52	2.307,22
Contencioso e notariado		65,00
Limpeza, higiene e conforto	11.999,65	15.494,06
Outros serviços	3.155,24	2.326,92
	133.962,76	82.397,00

Jus Jus

13. RÉDITO

O rédito reconhecido relativamente a serviços prestados e outros rendimentos é o seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016
Quotas	0,00	70,00
Creche	30.987,71	24.692,85
C.C. São Romão	128.284,74	100.594,11
C.C. Felgueiras	126.520,05	100.695,47
Empresa de inserção		12.000,00
Outros (atividades da sede)	6.125,83	550,00
TOTAL PRESTAÇÃO SERVIÇOS	291.918,33	238.602,43
Imputação subsídios investimento	5.480,29	5.480,29
Donativos	1.615,54	
Outros	1.090,27	396,08
TOTAL OUTROS RENDIMENTOS	8.186,10	5.876,37



14. OUTROS GASTOS

A rubrica de outros gastos apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Impostos e taxas	18,33	403,59
Correções relativas a períodos anteriores	3,00	108,13
Juros não relacionados com financiamentos	1,32	5,70
Encargos financeiros	342,70	387,79
Outros	76,89	100,72
	442,24	1.005,93

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Entidade contratualizou com o Banco BPI, SA, um empréstimo em regime de contacorrente, até ao montante de € 10.000, sendo que, em 31 de Dezembro de 2017, não estava a ser utilizado qualquer valor.
- b) Os valores constantes do Balanço na rubrica de Investimentos Financeiros respeitam às contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes à data de balanço que possam ter impacto material nas Demonstrações Financeiras.

Resende, 20 de Março de 2018

A Direção

O Contabilista Certificado